



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

## **Recurso Ordinário Trabalhista** **0010567-59.2024.5.15.0082**

**Relator: PAULO AUGUSTO FERREIRA**

**Tramitação Preferencial**  
- Pagamento de Salário

**Processo Judicial Eletrônico**

**Data da Autuação:** 11/02/2025

**Valor da causa:** R\$ 266.268,00

**Partes:**

**RECORRENTE:** ---- ADVOGADO: CLEBER FERREIRA JOIA

ADVOGADO: CAROLINE MARIA DA SILVA ADVOGADO:

FERNANDO HENRIQUE MENEZES DA SILVA BRAIDA

**RECORRIDO:** ----



ADVOGADO: HAMILTON MASSAO MURAY

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PROCESSO TRT 15ª REGIÃO N.º 0010567-59.2024.5.15.0082- PJe

**RECURSO ORDINÁRIO - 1ª TURMA - 1ª CÂMARA**

**RECORRENTE:** ----

**RECORRIDA:** ----

**ORIGEM: 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**

**(Juíza sentenciante: SAMANTHA IANSEN FALLEIROS )**

Inconformada com a r. sentença que julgou **improcedentes** os pedidos formulados nesta ação trabalhista, recorre ordinariamente a reclamante, ---.

Mediante arrazoadado recursal, pugna a reclamante pela reforma da r. sentença quanto aos tópicos: cerceamento de defesa, adicional de insalubridade, danos extrapatrimoniais, intrajornada, acúmulo de função e FGTS.

Isenta a reclamante dos recolhimentos legais, em face da gratuidade judiciária que lhe foi deferida.

Contrarrazões recursais ofertadas.

Não houve remessa dos autos à D. Procuradoria Regional do Trabalho, nos termos do Regimento Interno deste E. Tribunal.

É o relatório.

**V O T O**

**ADMISSIBILIDADE**

Decido **conhecer** do recurso interposto, uma vez atendidas as regras de admissibilidade processual.

**FUNDAMENTAÇÃO**

ID. db983b8 - Pág. 1

***DO CERCEAMENTO DE DEFESA***

Sem razão.

Da análise da ata de audiência realizada no dia 19/09/2024 (id- ed29a71), verifica-se que a reclamante e seu advogado não compareceram ao ato, apesar de regularmente intimados a fazê-lo, sob pena de confissão.

Assinado eletronicamente por: PAULO AUGUSTO FERREIRA - 19/03/2025 15:08:14 - db983b8

<https://pje.trt15.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25021413372261900000128452782>

Número do processo: 0010567-59.2024.5.15.0082

Número do documento: 25021413372261900000128452782



No dia seguinte à solenidade, a autora apresentou atestado médico (ID 99b73a7), o qual não atesta sua impossibilidade de locomoção, nos termos da Súmula 122 do C.TST.

Ressalto que a audiência foi realizada de forma telepresencial, modalidade que elimina a necessidade de deslocamento físico e viabiliza a participação remota das partes e de seus procuradores. No entanto, o advogado da parte autora não compareceu nem apresentou justificativa plausível para sua ausência.

A MM. Juíza, após analisar detidamente o conjunto probatório, proferiu a seguinte decisão:

*Com efeito, a autora afirma que, no dia da audiência, se dirigia para a cidade de Fernandópolis/SP, a fim de acompanhar a solenidade no escritório dos seus advogados, mas que no trajeto sofreu um mal súbito e que, "não sabendo onde ficava o hospital ou UPA, o parente da reclamante imediatamente adentrou em um consultório médico que coincidentemente visualizou no seu caminho".*

*Ocorre que, após impugnação apresentada pela ré, que afirmou que o trajeto que a autora teria realizado até a clínica não condiz com o trajeto que ela faria até o escritório de advocacia, a autora disse que "Naquela oportunidade, o condutor preocupado com a Reclamante, pediu informações sobre um pronto socorro, sendo informado por transeuntes que o UPA estaria longe, informando-lhe a clínica em (fl. 298), ou seja, em sua segunda manifestação a reclamante deu a entender que não adentrou no consultório por coincidência, mas por indicação de transeuntes.*

*Não bastasse isso, a despeito da demonstração da autora de que o trajeto que faria para chegar até o escritório dos patronos era diferente daquele exposto pela ré à fl. 289, uma simples pesquisa por meio do aplicativo Google Maps evidencia que o melhor trajeto para chegar até o escritório é utilizando a entrada da cidade que dá acesso direto à Av. dos Expedicionários Brasileiros, exatamente como demonstrou a reclamada. Além disso, uma segunda pesquisa no aplicativo sobre a existência de hospitais nesse percurso indica que, na mesma avenida, está localizado o Hospital das Clínicas de Fernandópolis, a apenas 650 metros do escritório onde a autora pretendia chegar.*

*Destaco que a clínica procurada pela autora para atendimento trata-se de um consultório odontológico, sem especialização em atendimentos emergenciais. Ainda que o local conte com a atuação de um médico, não é plausível que alguém acometido por um mal súbito incapacitante opte por buscar auxílio em uma clínica odontológica, especialmente considerando a existência de um hospital localizado a menos de 1 quilômetro do escritório para onde a autora pretendia se dirigir.*

ID. db983b8 - Pág. 2

*Ressalto, por fim, que nem mesmo os advogados da autora acessaram o link da audiência virtual.*

Dessa forma, não há justificativa para afastar a penalidade decorrente da

Assinado eletronicamente por: PAULO AUGUSTO FERREIRA - 19/03/2025 15:08:14 - db983b8

<https://pje.trt15.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25021413372261900000128452782>

Número do processo: 0010567-59.2024.5.15.0082

Número do documento: 25021413372261900000128452782



ausência, sendo regular a aplicação, por analogia, do disposto na Súmula 122 do C. TST. Assim

sendo, não há cerceamento de defesa a ser declarado.

***DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. DO DANO MORAL***

Observo que o Perito do juízo condicionou a exposição aos agentes insalubres indicados no laudo à comprovação das informações prestadas pelo reclamante, posto que divergentes daquelas prestadas pela empregadora.

Assim, diante da ausência da reclamante à audiência de instrução e julgamento, configura-se a confissão ficta, implicando presunção de veracidade dos fatos alegados pela parte reclamada, presunção essa que, no caso em apreço, não foi afastada por qualquer elemento probatório em sentido contrário.

Prejudicado o recurso no que tange ao dano moral, uma vez que não restou demonstrada a aplicação de injetáveis. Ademais, ainda que não tenha sido demonstrada a efetiva entrega dos EPIs, não há elementos que evidenciem qualquer prejuízo decorrente dessa ausência, tampouco que justifiquem a reparação por dano moral.

Desse modo, mantenho a r. sentença.

**Recurso não provido.**

***DO INTERVALO INTRAJORNADA. DO ACÚMULO DE FUNÇÕES. DAS DIFERENÇAS DE FGTS E OBRIGAÇÕES NORMATIVAS***

A confissão quanto à matéria de fato impõe o julgamento de acordo com as provas contidas nos autos e na distribuição do ônus da prova.

No caso em apreço, a autora não compareceu à audiência de instrução, deixou de indicar as supostas diferenças de FGTS e não conseguiu apresentar qualquer elemento mínimo de prova em respaldo às alegações constantes da petição inicial quanto aos tópicos em epígrafe.

**Recurso não provido.**

**PREQUESTIONAMENTO**

Nesses termos, fixo as razões de decidir para fins de prequestionamento. Observe-se, a propósito, o que dispõem as Orientações Jurisprudenciais n.ºs. 118 e 256 da SBDI-1 do C. Tribunal Superior do Trabalho.



**Dispositivo**

Ante o exposto, decido **conhecer** do recurso ordinário interposto pela reclamante e **não o prover**, na forma da fundamentação.

Em sessão realizada em 19 de março de 2025, a 1ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região julgou o presente processo.

Presidiu o julgamento o Exmo. Sr. Desembargador do Trabalho Paulo Augusto Ferreira.

Tomaram parte no julgamento os(as) Srs. Magistrados:

Desembargador do Trabalho Paulo Augusto Ferreira (relator)

Juiz do Trabalho Evandro Eduardo Maglio

Juíza do Trabalho Candy Florêncio Thomé

Compareceram para sustentar oralmente pela parte ----, a Dra. Cíntia Paula de Souza; e pela parte ----, o Dr. Hamilton Massao Muray.

Julgamento realizado em Sessão Híbrida, conforme os termos da Portaria Conjunta GP-CR n.º 02/2022 deste E. Regional.

**RESULTADO:**

ACORDAM os Magistrados da 1ª Câmara - Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Quinta Região em julgar o processo nos termos do voto proposto pelo (a) Exmo (a). Sr (a). Relator (a).

Votação unânime.

Procurador ciente.

**PAULO AUGUSTO FERREIRA**

Desembargador Relator

**Votos Revisores**

Assinado eletronicamente por: PAULO AUGUSTO FERREIRA - 19/03/2025 15:08:14 - db983b8  
<https://pje.trt15.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=25021413372261900000128452782>  
Número do processo: 0010567-59.2024.5.15.0082  
Número do documento: 25021413372261900000128452782

